

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2014.

Aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e quatorze, reuniu-se o Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência - na sua sede, à Rua da Quitanda, nº 106, 3º andar, com a presença de nove membros, conforme lista de presença anexa. Verificada a presença de quórum, instalou-se a Reunião, presidida pelo Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, Presidente do Conselho, e secretariada pelo Diretor-Presidente do Rioprevidência, Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa. A pauta desta reunião, encaminhada previamente aos Conselheiros, foi a seguinte: **Deliberação:**

Item 1. Permuta do imóvel situado à Rua Madre Jacinta, na Gávea, utilizado para expandir a malha do metrô, pelo imóvel situado à Avenida Ataulfo de Paiva, no Leblon, conforme processo E-12/001/468/2014 e concordância da Casa Civil. Informes: Item 1. Operação de Cessão de Royalties e Participações Especiais. Item 2. Evolução dos Benefícios e Auditoria. Item 3. COMPREV. O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, iniciou a reunião agradecendo a presença dos Conselheiros e, após as considerações iniciais, passou a palavra para o Diretor-Presidente do Rioprevidência, Sr. Gustavo de Oliveira Barbosa, que iniciou a apresentação do **Item 1** da pauta de **Informes**. O Diretor-Presidente do Rioprevidência apresentou quadro com a estrutura da Operação de Cessão de Royalties e Participações Especiais, informando ponto a ponto todos os passos desta estrutura, desde a cessão dos créditos para a SPV Offshore até a emissão das debêntures através de uma Securitizadora para a liquidação dos contratos assinados no ano passado com a CAIXA e o Banco do Brasil. Explicou que a emissão de títulos no mercado internacional foi bastante positiva, com a emissão de US\$ 2 bilhões (dois bilhões de dólares americanos) em “Bonds”. De acordo com o Sr. Gustavo Barbosa, essa operação somente foi possível em função do ajuste fiscal e com a organização das contas do Governo do Estado e do Fundo. O Diretor-Presidente do Rioprevidência explicou o processo de alocação dos recursos provenientes de royalties e participações especiais do Estado do Rio de Janeiro no Rioprevidência realizada no ano de 2006 e consolidada no ano de 2007, de forma a fazer frente às obrigações previdenciárias do Estado junto aos seus servidores, aposentados e pensionistas, juntamente o recolhimento de contribuições previdenciárias e de outras receitas menores que até 2012 equilibravam o caixa do Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa esclareceu que a partir do exercício de 2013 houve defasagem de recursos, iniciando um processo de necessidade de financiamento de caixa, mesmo com a captação de mais de R\$ 500 milhões (quinhentos milhões de reais), obtida com as vendas de imóveis da carteira do Rioprevidência entre 2011 e 2012. Desta forma, foram

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2014.

realizadas, em 2013, duas operações de captação de recursos: uma com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 2,3 bilhões (dois bilhões e trezentos milhões reais), outra com o Banco do Brasil no valor de R\$ 1 bilhão (um bilhão de reais), totalizando R\$ 3,3 bilhões (três bilhões e trezentos milhões reais). Contudo, para fazer frente às obrigações previdenciárias do exercício de 2014, seriam necessários recursos em torno de R\$ 5,0 bilhões (cinco bilhões de reais), o que levou o Fundo a realizar uma operação no mercado de capitais internacional, uma vez que seria pouco provável a absorção, pelo mercado de capitais brasileiro, do volume desta operação, e havia ainda o fato de a taxa de captação do mercado internacional ser menor do que a do mercado nacional. O Diretor-Presidente do Rioprevidência elucidou que a Autarquia, como detentora dos direitos de royalties e participações especiais, cedeu esse direito a um *Special-Purpose Vehicle* (SPV), uma entidade independente, com propósitos legais e com a finalidade de securitizar os recebíveis dos royalties e participações especiais, para que esta emitisse títulos sobre esses direitos, os quais foram comprados por investidores internacionais. No entanto, segundo o Sr. Gustavo Barbosa, para que a emissão ocorresse, foi necessário estabelecer um processo de preferência concomitante entre os investidores internacionais, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil: os contratos de ambos os bancos foram comercializados com uma securitizadora por meio da SPV que, além de emitir títulos para os investidores internacionais, emitiu títulos para a securitizadora com o objetivo de comprar os contratos com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Com isso, os contratos com ambos os bancos passaram a ter a mesma preferência dos investidores internacionais e o Rioprevidência obteve grau de investimento de agências internacionais para a operação em questão, o que permitiu que o custo da operação não fosse tão alto. O Diretor-Presidente do Fundo observou que o Rioprevidência, depois dos investidores internacionais e da securitizadora, tem direito à receita de royalties e participações especiais. Segundo o Sr. Gustavo Barbosa, após o “roadshow” dessa operação, a demanda total pelos títulos foi de US\$ 6,8 bilhões (seis bilhões e oitocentos milhões de dólares americanos), e a demanda real foi de aproximadamente US\$ 4 bilhões (quatro bilhões de dólares americanos). O conselheiro continuou a apresentação recordando que a previsão inicial era captar valor em torno de US\$ 1 bilhão (um bilhão de dólares americanos), mas, com a demanda excepcional de títulos do Fundo, conciliada a uma taxa de pagamento dos títulos abaixo do esperado, a Autarquia optou pela captação de US\$ 2 bilhões (dois bilhões de dólares americanos), tendo sido emitidos títulos com prazo de dez anos a uma taxa de 6,25% (seis vírgula vinte e cinco por cento) ao ano, em vez das taxas de 13,75% (treze vírgula setenta

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2014.

e cinco por cento) e 15,50% (quinze vírgula cinquenta por cento) ao ano, estabelecidas pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil, respectivamente. O Conselheiro Pedro Paulo Marinho de Barros questionou o impacto da taxa de captação ser em dólares americanos, podendo não expressar a taxa efetiva de captação. O Sr. Gustavo Barbosa enfatizou que, pelo fato de as receitas do Fundo serem lastreadas em dólar, o efeito da taxa é mitigado, ou seja, mesmo que haja uma flutuação da moeda americana, o Fundo terá o efeito não só no seu “passivo”, mas também no seu “ativo”. De acordo com o Diretor-Presidente do Rioprevidência, as autorizações do CONAD e das leis estaduais permitem uma nova emissão no valor entre U\$ 800 milhões (oitocentos milhões de dólares americanos) a U\$ 1,0 bilhão (um bilhão de dólares americanos) e que está sendo avaliada a pertinência de uma nova emissão. O Sr. Gustavo Barbosa apresentou, ainda, quadro com números da operação de captação de recursos: o valor bruto de captação foi de R\$ 4,455 bilhões (quatro bilhões quatrocentos e cinquenta e cinco milhões de reais); deduzidos as amortizações dos contratos com a CAIXA e o Banco do Brasil, o pagamento da “fee” do banco estruturador, das contas de amortizações da operação, as comissões na emissão das debêntures, além do IOF sobre as operações de câmbio, restou ao Rioprevidência o valor de R\$ 3,483 bilhões (três bilhões quatrocentos e oitenta e três milhões de reais). O conselheiro explicou que *Debt Service Account* (contas de amortização da operação) é um tipo de fundo criado para suportar a flutuação do recebimento dos royalties e participações especiais pelo Rioprevidência, de forma a garantir dinheiro em conta para pagamento aos credores internacionais, e informou que foram emitidas debêntures para a liquidação dos contratos com Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil no valor de R\$ 2,4 bilhões (dois bilhões e quatrocentos milhões de reais), e que o total da emissão na primeira tranche foi de R\$ 6,855 bilhões (seis bilhões oitocentos e cinquenta e cinco milhões reais), enquanto o valor de captação autorizado pelo CONAD e pela Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ) somou R\$ 9,3 bilhões (nove bilhões e trezentos milhões de reais). De acordo com o Sr. Gustavo Barbosa, o Rioprevidência terá um ano e meio de carência do principal dos títulos e em outubro de 2014 começarão a ser pagos os juros. O Diretor-Presidente do Rioprevidência passou a palavra ao Diretor de Seguridade do Fundo, Sr. Roberto Moisés dos Santos. **Itens 2 e 3.** O Diretor de Seguridade do Rioprevidência apresentou dados da evolução dos benefícios previdenciários e de auditoria. Segundo o Sr. Roberto Moisés dos Santos, no mês de junho deste ano o Fundo tinha 243.750 (duzentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta) beneficiários, 151.838 (cento e cinquenta e um mil oitocentos e trinta e oito) aposentados e 91.912 (noventa e um mil

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2014.

novecentos e doze) pensionistas. A folha de pagamentos do Fundo totalizou R\$ 1,034 bilhão (um bilhão e trinta e quatro milhões de reais) e tende a crescer devido aos aumentos de vencimentos dos servidores do Estado aprovados pela ALERJ em 2013 e em 2014. A folha dos aposentados somou R\$ 626 milhões (seiscentos e vinte e seis milhões de reais), a de pensionistas alcançou R\$ 243 milhões (duzentos e quarenta e três milhões de reais) e a dos Poderes totalizou R\$ 164 milhões (cento e sessenta e quatro milhões de reais). O Sr. Gustavo Barbosa informou que, com os projetos de lei aprovados pela ALERJ, o impacto na folha deste ano alcançará R\$ 240 milhões (duzentos e quarenta milhões de reais), e, para o ano seguinte, a estimativa é de R\$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais), devido ao direito de paridade de vencimento com os servidores ativos. Contudo, esse impacto foi mitigado com a criação da Segmentação de Massas e a Previdência Complementar no Estado, que futuramente deverão estabilizar o Fundo e garantir solvência de longo prazo. O Sr. Roberto Moisés dos Santos informou números da auditoria das chamadas “Filhas Maiores”. Atualmente, o Fundo tem 25.605 (vinte e cinco mil seiscentas e cinco) beneficiárias na qualidade de Filhas Maiores. Desde o início da auditoria foram suspensas 5.026 (cinco mil e vinte e seis) pensionistas, sendo 1.704 (mil setecentas e quatro) pensões revertidas para viúvas, o que acarretou uma economia mensal de R\$ 4,5 milhões (quatro milhões e quinhentos mil reais), o equivalente a cerca de R\$ 60 milhões (sessenta milhões de reais) ao ano, e propiciou efeito atuarial relevante para o Fundo. O Sr. Gustavo Barbosa agradeceu à participação da Procuradoria Geral do Estado, ao Tribunal de Justiça do Estado e ao Ministério Público do Estado pelo apoio à auditoria de Filhas Maiores. O Sr. Roberto Moisés dos Santos informou que a próxima auditoria será a de Legatários, cujo processo obedecerá a rito semelhante ao das Filhas Maiores, e passou aos dados de compensação previdenciária (COMPREV). O Diretor de Seguridade do Rioprevidência disse que a arrecadação do COMPREV no mês de junho totalizou R\$ 6 milhões (seis milhões de reais), apesar de haver um trabalho constante de cobrança junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que o fluxo de receitas se eleve. Essa demanda se deve ao grande volume de processos que o Rioprevidência remeteu ao INSS e que ainda não foi objeto de análise por parte daquele Instituto. O Presidente do Conselho passou ao **Item 1** da pauta de **Deliberação**. O Sr. Gustavo Barbosa passou a palavra ao Diretor de Administração e Finanças do Rioprevidência, Sr. Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, que propôs ao CONAD permuta de imóvel do Rioprevidência por imóvel oferecido pelo Estado. De acordo com o Diretor de Administração e Finanças do Rioprevidência, o imóvel localizado na Travessa Madre Jacinta, Lotes 15 e 17, na

ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2014.

Gávea, cujo valor avaliado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) foi de R\$ 3.097.990,00 (três milhões noventa e sete mil novecentos e noventa reais), está sendo utilizado para expandir a malha metroviária do Estado do Rio de Janeiro, o que atrasa a política de venda total dos imóveis cedidos ao Rioprevidência. Desta forma, o Estado ofereceu a permuta deste terreno pelo localizado na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 269, sobreloja nº 201, no Leblon, avaliado pela PGE em R\$ 6.074.000,00 (seis milhões e setenta e quatro mil reais). O Sr. Luiz Claudio Gomes explicou que não há risco de descapitalização do Fundo, uma vez que o valor do imóvel que está sendo recebido pelo Rioprevidência é bem superior ao valor do imóvel que está sendo entregue ao Estado, e que o saldo da permuta será positivo devido à liquidez. O Presidente do Conselho colocou o assunto em votação. Todos os conselheiros presentes aprovaram a permuta dos imóveis em questão. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pelo Presidente do Conselho de Administração, Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins, e eu, Gustavo de Oliveira Barbosa, lavrei a presente ata, que segue assinada pelo Presidente e por todos os Conselheiros presentes.

Sérgio Ruy Barbosa Guerra Martins
Secretário de Estado de Planejamento e Gestão

Claudio Roberto Pieruccetti Marques
Suplente do Secretário de Estado da Casa Civil

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos
Secretário de Estado de Fazenda

Gustavo de Oliveira Barbosa
Diretor-Presidente do Rioprevidência

**ATA DA 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO
RIOPREVIDÊNCIA, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2014.**

Continuação das assinaturas dos presentes na 61ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 9 de julho de 2014.

Lucia Lea Guimarães Tavares
Procuradora-Geral do Estado

Pedro Paulo Marinho de Barros
Representante do Ministério Público

Maria Luiza de Luna Borges Saraiva
Suplente do Representante da Defensoria Pública

Jorge Vacite Filho
Suplente do Representante dos Segurados do Ministério Público

Wilma de Souza Leal
Representante dos Segurados do Legislativo